

À Prefeitura de Lindolfo Collor
Comissão de Licitação
Concorrência Eletrônica: 05/2025

Impugnação ao Edital: 67/2025

Lima Soluções Ambientais LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 62.548.708/0001-39, por intermédio do seu representante legal a Sr. **Theo dos Santos Lima**, situado na Avenida Assis Brasil, nº 5193 – Sarandi – na cidade de Porto Alegre/RS, CEP 91.110-001, vem através deste apresentar uma **Impugnação ao Edital nº 67/2025** (Concorrência Eletrônica nº 05/2025) da Prefeitura Municipal de Lindolfo Collor/RS, destacando as irregularidades identificadas em relação à **Lei Federal nº 14.133/2021** (Nova Lei de Licitações e Contratos), especialmente à luz das informações de retificação e da grave deficiência na pesagem e separação de resíduos.

O Aviso de Retificação e os documentos do Edital contêm pontos que merecem reexame e correção, sob pena de violação dos princípios básicos da licitação. A impugnação se baseia em vícios que comprometem a formulação da proposta, a igualdade de condições entre os licitantes e a correta execução contratual, com potencial danos ao erário e risco ambiental.

1. Vício na Definição do Objeto e Falta de Estimativa de Quantidades (Art. 18, I, IX e X)

O objeto da licitação é a contratação de empresa para a **prestação de serviços de coleta de resíduos**, o que exige a precisa quantificação dos serviços para a adequada formulação dos preços e a gestão do contrato.

- **Ausência de Quantificação Métrica (Tonelagem):** O anexo III (Proposta Financeira) e o Anexo IV (Minuta de Contrato) listam a coleta de resíduos orgânicos, coleta seletiva e transbordo, e transporte/destinação final em **12 Meses**, sem especificar a **quantidade/volume/peso (tonelagem)** esperada ou mínima de resíduos a serem coletados e destinados.

- **Irregularidade: A falta de balança na unidade de reciclagem**, que atende a Lindolfo Collor e outros três municípios, é a causa-raiz deste vício, pois **impede a Administração de determinar a quantidade real** de resíduos orgânicos e rejeito produzidos e a ser coletada no município.
- **Violação ao Art. 18, X e Art. 40, II, "c" da Lei 14.133/2021**: O Edital deve conter as **especificações do objeto**, incluindo as **quantidades e os prazos** para fornecimento. No serviço de resíduos sólidos, a quantidade é primariamente medida por **tonelagem**. Licitar por "menor preço global" sem saber o volume de lixo municipal é um erro grave, pois transfere integralmente o risco de variação de volume para o contratado, ou pior, pode levar a uma precificação irreal.
- **Risco à Execução**: Se o licitante orçar uma quantidade menor que a real, o contrato poderá enfrentar desequilíbrio econômico-financeiro ou paralisação. Se orçar em excesso, a Administração pagará mais do que o devido.

2. Imprecisão no Termo de Referência (Anexo I) e Proposta Financeira (Anexo III)

Embora o Aviso de Retificação mencione a substituição do Anexo I (Termo de Referência) e o ajuste do Anexo III (Proposta Financeira), a estrutura apresentada ainda é deficiente:

- **Falta de Detalhamento do Serviço e Condições Operacionais**: O Anexo III, em especial, lista apenas três itens genéricos (**Coleta de Orgânicos, Coleta Seletiva/Triagem/Transbordo, Transporte e Destinação Final**), todos com a quantidade de "12 MESES". **Isso impede a separação de custos por tonelagem, quilometragem ou frequência, elementos cruciais para um serviço de resíduos.**
- **Contradição com a Realidade Operacional (Reciclagem)**: A informação de que a reciclagem atende a Lindolfo Collor e **outros 3 municípios, sem separação adequada e sem balança para aferir a produção individual** de Lindolfo Collor, sugere que o escopo da "Coleta Seletiva, Triagem e Transbordo" (Item 2 do Anexo III) pode ser **indevidamente precificado**.
- **Distorção Competitiva**: A falta de dados auditáveis sobre a massa de resíduos de Lindolfo Collor introduz um elemento de **especulação** na proposta de preços, violando a competitividade e a busca pela proposta mais vantajosa.
- **Potencial Ato de Improbidade e Questão para o Ministério Público**: A impossibilidade de aferir o volume exato de resíduos de Lindolfo Collor, que é crucial para o pagamento e fiscalização, pode configurar **dano ao erário** (pagamento por serviço não comprovado) e **má gestão ambiental** (ausência de controle de dados), justificando a intervenção do Ministério Público.

3. Ilegalidade do Prazo Contratual (Art. 107, §1º)

A Cláusula Terceira da Minuta de Contrato (Anexo IV) estipula:

*“O prazo deste contrato será de **10 (dez) anos** a partir da assinatura, conforme previsão estabelecida no artigo 107 da Lei 14.133/2021.”*

- **Interpretação Incorreta do Art. 107 da Lei 14.133/2021:** O Art. 107, inciso II, alínea "c" da Lei nº 14.133/2021 permite contratos de **10 (dez) anos** apenas para "**serviços e fornecimentos contínuos com tecnologia complexa ou de defesa nacional**".
- **Contratos de Resíduos Sólidos (Gerais):** O serviço de coleta de resíduos se enquadra geralmente como **Serviço Contínuo**, cujo prazo máximo é de **5 (cinco) anos**, prorrogável por igual período (Art. 107, I). **Não se enquadra na exceção de 10 anos.**
- **Serviços de Resíduos Sólidos (Exceção de Longo Prazo):** A Lei 11.445/2007 (Marco Legal do Saneamento Básico) prevê prazos de até **35 anos** (Art. 11-B), mas esta é uma exceção para o Contrato de Concessão ou Permissão (delegando a prestação do serviço), não para um contrato de licitação comum de Coleta de Resíduos, o que parece ser o caso. **A simples menção ao Art. 107/14.133 para 10 anos é indevida.**
- **Necessidade de Readequação:** O prazo máximo inicial permitido pela Lei 14.133/2021 para serviços comuns contínuos é de 5 anos. A manutenção do prazo de 10 anos viola o dispositivo legal e a competitividade.

4. Exigência Excessiva na Qualificação Econômico-Financeira (Art. 69, I)

O item 7.1.3 do Edital exige, cumulativamente, os seguintes índices contábeis, todos com valor mínimo de **1,0**:

- Liquidez Corrente (AC/PC) $\geq 1,0$
- Liquidez Geral (AC + ARLP / PC + PNC) $\geq 1,0$
- Solvência Geral (AT / PC + PELP) $\geq 1,0$
- Irregularidade: A exigência cumulativa e restritiva de múltiplos índices de Liquidez/Solvência com o valor mínimo de 1,0 é considerada jurisprudencialmente restritiva e excessiva (Art. 69, § 1º, e Súmula TCU nº 27/1993).
- Um licitante pode ter capacidade econômico-financeira sólida, mas não atender a todos os índices simultaneamente com o valor mínimo de 1,0.

- A Lei 14.133/2021 permite exigir a demonstração de capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo, **ou** as relações índices, **mas não as três conjuntamente**, e a fixação de múltiplos índices em 1,0 restringe indevidamente a participação.

Do Pedido

Diante dos vícios apontados, em especial a **crítica falta de quantificação do objeto (tonelagem) e a irregularidade operacional na reciclagem/pesagem**, que compromete a medição e o pagamento, e o erro no prazo contratual:

1. **Requer-se a anulação do Aviso de Retificação e do Edital nº 67/2025** e a suspensão imediata da Concorrência Eletrônica nº 05/2025.
2. **Requer-se a republicação de um novo Edital** após a Administração Municipal:
 - Corrigir o Anexo I (Termo de Referência) e o Anexo III (Proposta Financeira) para **estabelecer as quantidades estimadas de resíduos por tonelada** ou unidade de medida clara.
 - **Adequar o prazo contratual** para o máximo de 5 anos, prorrogável por igual período, nos termos do Art. 107, I, da Lei 14.133/2021, a menos que se justifique a aplicação da Lei 11.445/2007, o que deve ser explicitado.
 - **Revisar a exigência dos índices de Qualificação Econômico-Financeira** para evitar a restrição à competitividade (Art. 69).
 - **Apontar a solução para a ausência de balança e separação inadequada** de resíduos na unidade de destinação, garantindo que o serviço contratado para Lindolfo Collor possa ser **medido e fiscalizado com precisão**, sob pena de violação dos princípios da legalidade e da transparência.

Porto Alegre, 24 de Novembro de 2025.

LIMA SOLUCOES
AMBIENTAIS
LTDA:62548708000
139

Assinado de forma digital por
LIMA SOLUCOES AMBIENTAIS
LTDA:62548708000139
Dados: 2025.11.24 14:54:00
-03'00'

LIMA SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA
CNPJ: 62.548.708/0001-39
THEO LIMA DOS SANTOS
CPF: 018.720.060-27

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO AO EDITAL 0067/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2025
MUNICÍPIO DE LINDOLFO COLLOR/RS

Objeto: contratação de empresa especializada para realização de coleta de resíduos domiciliares e comerciais no município de Lindolfo Collor.

Trata-se de impugnação ao Edital da Concorrência Eletrônica nº 05/2025, apresentada tempestivamente pela empresa Lima Soluções Ambientais LTDA, na qual alega, em síntese, supostas irregularidades relacionadas, o qual após consulta com o setor técnico do Município, passo a analisar ponto a ponto:

1) Do alegado vício na definição do objeto e da suposta ausência de estimativa de quantidades.

No que se refere à alegação de vício na definição do objeto, não assiste razão à impugnante. O Edital da Concorrência Eletrônica nº 05/2025 descreve no ponto 1 do Termo de Referência, de forma clara e precisa, a contratação de serviços de **coleta, triagem, transbordo, transporte e destinação final de resíduos sólidos urbanos domiciliares e comerciais do Município de Lindolfo Collor**, o qual pormenoriza a natureza dos resíduos, a área atendida, a frequência das coletas, o local de transbordo/triagem e a forma de destinação ambientalmente adequada. Tal delineamento atende ao disposto nos arts. 6º, XXIII, 18 e 40 da Lei nº 14.133/2021, não havendo qualquer indeterminação quanto ao núcleo do objeto licitado.

Por outro lado, não procede a assertiva de inexistência de estimativa de quantidades conforme ponto 3.2 do Anexo I – Termo de Referência do Edital. Embora o quadro-resumo dos itens, para fins de proposta e de minuta contratual, adote a unidade “12 (doze) meses” para cada grupo de serviços – opção compatível

com a natureza **contínua** da prestação –, o processo administrativo evidencia que o planejamento da demanda foi construído sobre bases concretas: (a) planilha anual de geração de resíduos do Município, que registra **1.262.430 toneladas recolhidas** no período de 12 meses, com média aproximada de **105,202 t/mês**, e **1.007.490 toneladas destinadas**, com média de **83,95 t/mês**; (b) estudo técnico preliminar e planilha orçamentária que trabalham com estimativas de **110 t/mês** para coleta e **95 t/mês** para destinação final, incorporando margem de segurança em relação à média histórica; (c) existência de Central de Triagem dotada de balança rodoviária, apta a aferir o peso dos resíduos e a permitir o controle efetivo da execução.

| PERÍODO | TOTAL RECOLHIDO (TR) | RECICLAD O (R) | BOTA FORA | CRVR DESTINA DO |
|--------------|----------------------------|-------------------|--------------|-----------------------|
| SETEMBRO/24 | 102.260 | 16.570 | 12.340 | 85.690 |
| OUTUBRO/24 | 103.410 | 14.420 | 11.660 | 88.990 |
| NOVEMBRO/24 | 94.540 | 13.360 | 11.350 | 81.180 |
| DEZEMBRO/24 | 115.010 | 26.120 | 11.850 | 77.640 |
| JANEIRO/25 | 106.700 | 14.900 | 15.620 | 91.800 |
| FEVEREIRO/25 | 102.700 | 26.910 | 11.690 | 75.790 |
| MARÇO/25 | 116.980 | 30.020 | 9.360 | 69.460 |
| ABRIL/25 | 90.420 | 22.410 | 12.570 | 85.510 |
| MAIO/25 | 102.660 | 12.160 | 9.610 | 100.110 |
| JUNHO/25 | 121.890 | 24.470 | 10.750 | 82.420 |
| JULHO/25 | 109.660 | 19.440 | 11.640 | 90.220 |
| AGOSTO/25 | 96.200 | 17.520 | 8.010 | 78.680 |

| | | | | |
|--------|-----------|---------|---------|-----------|
| TOTAL | 1.262,430 | 238.300 | 136.450 | 1.007.490 |
| MEDIAS | 105.202 | 19.858 | 11.370 | 83.957 |

Neste sentido, é a planilha fornecida pela Central de Triagem, a qual se descreve, *in verbis*:

Assim sendo, verifica-se que a Administração não está a contratar “quantidade indeterminada”, mas sim um serviço contínuo mensal dimensionado a partir de séries históricas, memórias de cálculo e parâmetros objetivos, em estrita observância ao dever de planejamento. A ausência de indicação da tonelage diretamente no quadro de itens do edital não configura, por si só, nulidade ou afronta à Lei nº 14.133/2021, uma vez que as estimativas constam do Termo de Referência e da documentação técnica que embasa a licitação.

Afasta-se, destarte, o alegado vício na definição do objeto e a suposta falta de estimativa de quantidades.

1.1) Da alegada irregularidade consistente na ausência de balança na unidade de reciclagem

Neste mesmo tópico, a empresa ora impugnante sustenta que a unidade de triagem/reciclagem indicada no Termo de Referência não disporia de balança rodoviária apta à pesagem dos resíduos, o que inviabilizaria o controle das quantidades efetivamente triadas e destinadas e, por consequência, o adequado acompanhamento contratual pelo Município.

Tal alegação, contudo, não encontra respaldo fático. O registro fotográfico da Central de Triagem de Resíduos Sólidos Urbanos de Lindolfo Collor, abaixo, é prova inequívoca, que referida balança rodoviária metálica instalada, destinada à pesagem de caminhões carregados com resíduos.



De outra banda, o orçamento emitido por empresa especializada e permissionária do INMETRO (PESA Soluções), contemplando serviço de verificação metrológica da balança com massas padrão rastreáveis, testes de fidelidade, linearidade e excentricidade, lacração e emissão de certificado de conformidade, com data certa para realização, demonstram não apenas a existência física do equipamento, mas também que se encontram em curso as providências necessárias à sua aferição anual oficial, em estrita observância à legislação metrológica.



Lindolfo Collor
Capital dos Tapetes em Couro
Estado do Rio Grande do Sul

Neste sentido, descreve-se o orçamento abaixo:



PESA SOLUCOES EM PESAGENS

RUA SEN ALBERTO PASQUALINI, 101 - MARCHELAL RONDON - CANOAS-RS - 92020-900
contato@pesasolucoes.com.br - www.pesasolucoes.com.br

(51) 3922-2202

CNPJ 27.965.583/0001-41

ORÇAMENTO 002223

Hora: 10:09 Data: 21/11/2025

Cliente : COOPERATIVA DE TRABALHO DOS RECICLADORES D- ROSANE
Endereço: AV CAPIVARA, 08 Bairro: PETRY
CPF/Cnpj: 23.030.985/0001-01 IE: 1053369 Cidade: LINDOLFO COLLOR UF: RS CEP: 93940-000
Equipamento: Modelo: Marca:
Nº de Série:
Acessórios:

Escopo Serviço:

ESCOPO - VERIFICAÇÃO COM MASSAS PADRÕES RASTREÁVEIS -01 balança rodoviária, inspeção visual e testes balança.

Os equipamentos passarão por uma verificação de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Portaria do INMETRO.

Registro das condições do equipamento; deslocamento da Unidade UMC - com 10.000kg de pesos padrão; verificação com pesos padrão; teste de fidelidade, linearidade, excentricidade e leituras; verificação e anotação dos desvios detectados; correção de excentricidades e ajustes gerais dentro das condições do equipamento; emissão do laudo de conformidade do equipamento; fruição do kit selo/lacre reparado do INMETRO. Somos permissãoários do INMETRO.

Observações Gerais:

Empresa optante pelo Simples-Realização do Serviço: 27/11/2025- Não poderá ser realizado serviço com chuva, sendo assim terá que ser reagendado conforme disponibilidade de agenda técnica.

Condições de Pagamento do Serviço: 07 dias-Boleto - após realização da emissão da ordem de serviço- Os serviços serão realizados durante o horário comercial - segunda a sexta-feira - Não estão incluídas peças.

Responsabilidade do Cliente: Liberar a balança para realização dos serviços de reparos, manutenção ou verificação com massas padrões para realização dos serviços, deixar o fono e cabecinas totalmente limpos para eventual inspeção e ou ajustes necessários da balança e fornecer energia elétrica em eventual manutenção decorrente dos serviços. Se por algum imprevisto não for possível realizar os serviços, será realizada a cobrança dos deslocamentos, veículos leves, caminhão e horas. Não é possível, no momento dos testes, o serviço utilizar a balança. Cobertura Garantia -(Serviço)

se ocorrer defeito decorrente do serviço (90 dias após a realização da emissão da Ordem de Serviço) a ser analisada, os referidos, a responsabilidade da Pesa será limitada ao fornecimento sem custo

das horas técnicas para colocar em operação, desde que o cliente concorde em pagar, deslocamento do técnico, bem como as despesas com estadia, alimentação, frete e verificação com peso padrão. A Garantia não cobre desgaste normal, periódicos; peças substituídas em garantia serão de propriedade da Pesa. A garantia cessará nos seguintes casos: se houver sobrecarga de peso acima da capacidade nominal, se houver mau trato, uso indevido, acidentes. Instalação e/ou manutenção não realizada

pela Pesa, uso de peças não originais, tenso de alimentação incorreta, defeitos causados por sobretensão elétrica, ambiente inadequado para equipamento, ou fenômenos naturais como: descargas atmosféricas, abalos sísmicos, inundações, defeito na obra civil, violação do lacre e selagem reparados PELO INMETRO, placa de identificação alterada ou removida.

| Referencia | Descrição do Item | uni | Valor | Quantia | Desc. | Valor Total |
|------------|---|---------|-------|---------|-------|-------------|
| SV00003 | 00020-SV DE VERIFICAÇÃO COM MASSAS PADROES JC | MUNCKUN | | 1,0 | | |
| SV00005 | 00031-DESLOCAMENTO CAMINHÃO COM MUNCK | UNI | | 1,0 | | |
| SV00001 | 00004-SV DE REVISÃO VISUAL E TESTES | UNI | | 1,0 | | |
| SV00017 | 00103-KIT SELO DE REPARADO E LACRE INMETRO | UNI | | 1,0 | | |

VALOR SUB-TOTAL

Ressalte-se que a Lei nº 14.133/2021 exige da Administração a adoção de mecanismos de controle e fiscalização da execução, o que, no caso concreto, será assegurado justamente pela utilização dessa balança rodoviária para a pesagem dos resíduos recolhidos, triados e destinados, permitindo, inclusive, a segregação por origem, se necessário. Não há, pois, omissão ou imprevisto por parte do

Av. Ruby Kney, 350, Industrial, Lindolfo Collor/RS – CEP 93940-000

Fone: (51) 2500-4000

CNPJ: 94.707.486/0001-46

Município, mas sim estrutura instalada e em processo de regularização metrológica, suficiente para garantir a mensuração física dos serviços prestados.

Desta forma, desse contexto probatório, resta evidenciado que não procede a alegação de ausência de balança na unidade de reciclagem, inexistindo o apontado vício capaz de macular o edital ou comprometer o controle quantitativo do futuro contrato.

2) Da alegada imprecisão do Termo de Referência (Anexo I) e da Proposta Financeira (Anexo III)

2.1. Suposta falta de detalhamento do serviço e das condições operacionais

Afirmou o impugnante que o Termo de Referência (Anexo I) e a Proposta Financeira (Anexo III) seriam genéricos, carentes de especificações mínimas e de condições operacionais claras, o que inviabilizaria a formulação de propostas seguras.

Entretanto, o exame do processo revela quadro diverso. O Termo de Referência é o documento necessário para sanar toda e qualquer dúvida do licitante, mormente porque descreve, de forma suficiente à natureza do objeto, os serviços de coleta, triagem, transbordo, transporte e destinação final dos resíduos sólidos urbanos domiciliares e comerciais, indicando: área territorial abrangida, periodicidade das coletas, tipo de resíduo, local da central de triagem, necessidade de destinação ambientalmente adequada e exigência de observância à legislação ambiental e sanitária. Tais elementos atendem ao padrão de especificação exigido pelos arts. 6º, XXIII, 18 e 40 da Lei nº 14.133/2021, que demandam definição clara do objeto, mas não impõem detalhamento exaustivo de rotas ou minudências operacionais típicas da gestão interna do contratado.

Quanto à Proposta Financeira (Anexo III), a adoção de itens estruturados em preço mensal global por grupo de serviços é compatível com a natureza de serviço contínuo, cuja execução se dá de forma permanente, e não episódica. O fato de a unidade de medida constar como “12 meses” não desnatura o detalhamento constante do Termo de Referência, tampouco impede que os licitantes dimensionem

custos a partir das médias históricas de geração de resíduos e das estimativas constantes da planilha orçamentária. Não há, pois, imprecisão invalidante, mas mera opção técnica de apresentação dos itens compatível com o regime jurídico aplicável.

2.2. Alegada contradição com a realidade operacional da reciclagem

Quanto à alegada “contradição com a realidade operacional”, a premissa fática da impugnação não se confirma. A Central de Triagem indicada no Termo de Referência é dotada de balança rodoviária, cuja verificação metrológica junto a empresa permissionária do INMETRO já se encontra devidamente orçada e programada, o que permitirá a aferição individualizada da produção de resíduos de Lindolfo Collor. Ademais, ainda que a unidade possa, por iniciativa da cooperativa, receber materiais provenientes de outros municípios, tal circunstância não altera o fato de que o contrato ora licitado tem por objeto exclusivo os resíduos gerados em Lindolfo Collor, cuja média histórica anual (1.262,430 t recolhidas e 1.007,490 t destinadas) foi utilizada como base para a estimativa de quantidades e composição de custos.

A impugnação tratou o seu descontentamento de forma genérica, entretanto o tema é objeto de análise e almejado por este município encabeçada pela Ministério Público, há bastante tempo. Assim o que existe nos autos é que não há risco de confusão entre fluxos de resíduos, tampouco de “indevida precificação” do Item 2 (“Coleta Seletiva, Triagem e Transbordo”), pois a mensuração e o pagamento dos serviços permanecerão vinculados, de forma objetiva, ao desempenho contratual relativo ao Município licitante. Afasta-se, portanto, a conclusão de que o escopo do referido item estaria em descompasso com a realidade operacional da reciclagem.

2.3. Da suposta distorção competitiva e potencial ato de improbidade

Não procede, igualmente, a afirmação de que haveria “distorção competitiva” em razão da suposta inexistência de dados auditáveis sobre a massa de resíduos de Lindolfo Collor, o que introduziria “elemento de especulação” na formação dos preços.

Primeiro - os dados existem, são objetivos e encontram-se registrados no processo: a planilha anual de geração de resíduos do Município aponta, de forma mensurável, 1.262,430 toneladas recolhidas e 1.007,490 toneladas destinadas no período de 12 meses, com respectivas médias mensais, servindo de base para a estimativa de 110 t/mês (coleta) e 95 t/mês (destinação) constante da planilha orçamentária. Trata-se, portanto, de informação aditável e passível de conferência por qualquer licitante, não havendo espaço para a alegada “especulação”.

Segundo, porque a futura contratação contará com balança rodoviária instalada e aferida por empresa permissionária do INMETRO, o que assegura, para a fase de execução, a medição precisa da massa de resíduos efetivamente tratada. Tal circunstância reforça a confiabilidade dos parâmetros utilizados no planejamento e afasta o risco de que o contratado venha a ser remunerado com base em quantidades fictícias ou arbitrárias.

Terceiro, sob o ponto de vista jurídico, a caracterização de distorção competitiva exige demonstração de que o edital tenha criado assimetria informacional relevante ou barreira artificial à participação de licitantes, o que não se verifica. Todos os interessados dispõem do mesmo acervo de dados – histórico anual, estimativas mensais e estrutura de medição – e podem, a partir daí, compor livremente seus custos, em igualdade de condições, atendendo aos princípios da isonomia, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa (arts. 5º, 11 e 37 da Lei nº 14.133/2021).

Não se identifica, destarte, qualquer vício apto a macular a higidez concorrencial do certame; o que existe é risco empresarial ordinário, inerente a toda contratação de serviços contínuos, assumido de forma consciente pelos licitantes com base em informações suficientes e acessíveis. Afasta-se, por conseguinte, o apontamento de distorção competitiva por ausência de dados auditáveis.

2.4. Da aventada remessa da questão ao Ministério Público

Por fim, a pretensão de encaminhar a questão ao Ministério Público, como se presentes estivessem indícios de ilícito penal ou de improbidade, também não se sustenta.

A premissa da impugnação – impossibilidade de aferir o volume exato de resíduos de Lindolfo Collor – é, como já demonstrado, fatidicamente equivocada: o Município dispõe de série histórica anual de geração de resíduos, utiliza tais dados como base para a estimativa de quantidades e conta com balança rodoviária instalada e em processo de aferição metrológica, o que permitirá a emissão de tickets de pesagem e relatórios consolidados, servindo de lastro ao atesto da fiscalização e ao pagamento mensal. Logo, não há que se falar em “pagamento por serviço não comprovado” ou em ausência de controle de dados ambientais.

Do ponto de vista jurídico, a caracterização de improbidade administrativa exige dolo específico e indícios concretos de enriquecimento ilícito, danos ao erário ou violação qualificada aos princípios da Administração, não sendo suficiente a mera divergência quanto ao modelo de contratação ou ao grau de detalhamento do edital. No presente caso, o que se verifica é atuação planejada da Administração, com base em dados objetivos e em mecanismos de controle previamente delineados, inexistindo qualquer elemento que indique fraude, superfaturamento, favorecimento indevido ou má gestão ambiental.

Nessas condições, mostra-se temerária e desproporcional a pretendida remessa dos autos ao Ministério Público, por se fundar apenas em conjecturas, razão pela qual se afasta a alegação de potencial ato de improbidade e o correlato pedido de encaminhamento ministerial.

3) Da alegada irregularidade no prazo contratual (arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021)

A impugnante sustenta que o edital teria previsto prazo contratual inicial de 10 (dez) anos, em afronta aos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

Se faz necessário a descrição dos artigos de lei hostilizados:

*Art. 106. A Administração poderá celebrar **contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:***

I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

§ 1º A extinção mencionada no inciso III do caput deste artigo ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.

*Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, **respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital** e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.*

Originalmente a redação do edital poderia ensejar qualquer distorção de interpretação, motivo pelo qual a Administração, em atenção ao princípio da

autotutela, procedeu à retificação do instrumento convocatório, sanando a potencial inconsistência apontada.

Com a retificação, a Cláusula específica de vigência passou a constar nos seguintes termos: *“O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura e publicação do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.”* Ou seja, o contrato passa a ter prazo inicial de 12 meses, perfeitamente compatível com o art. 106 da Lei nº 14.133/2021, ficando apenas prevista a possibilidade de prorrogações sucessivas, condicionadas à vantajosidade e à manutenção das condições originais, até o limite máximo de 10 anos de vigência, em consonância com o art. 107 do mesmo diploma.

Assim, não subsiste a alegação de que o edital estaria impondo, de plano, um vínculo decenal. O que se estabelece, agora, é um prazo inicial reduzido, com renovações futuras dependentes de ato motivado da Administração, após avaliação de desempenho, preços e interesse público, exatamente como exige a legislação. A irregularidade inicialmente apontada, portanto, foi integralmente corrigida, restando o ponto da impugnação prejudicado, por perda superveniente de objeto.

Da suposta interpretação incorreta do art. 107 da Lei nº 14.133/2021

Da mesma forma, equivoca-se a impugnante ao afirmar que o art. 107, “inciso II, alínea *a*”, da Lei nº 14.133/2021 somente admitiria contratos de até 10 (dez) anos para “serviços e fornecimentos contínuos com tecnologia complexa ou de defesa nacional”. Tal leitura decorre, ao que tudo indica, de indevida transposição do regime da revogada Lei nº 8.666/1993 (art. 57, II, *a*), que efetivamente fazia referência a tecnologia complexa, mas não se reproduz na nova lei.

O texto vigente do art. 107 da Lei nº 14.133/2021 é cristalino ao dispor, de forma geral, que *“os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração”*. Não há, assim, qualquer

condicionamento à existência de tecnologia complexa ou de defesa nacional; o único requisito material é a vantajosidade comprovada da prorrogação.

Por fim, como já consignado, a cláusula de vigência foi retificada para estabelecer prazo inicial de 12 (doze) meses, prorrogável, mediante justificativa e previsão editalícia, por até 10 (dez) anos, exatamente nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021. Logo, a interpretação invocada pela impugnante não encontra respaldo no ordenamento jurídico atual nem se aplica ao modelo adotado pelo Município, razão pela qual o argumento deve ser integralmente rejeitado.

Menor sorte não teve quanto a premissa de que a Lei nº 14.133/2021 permitiria contratos com duração de até 10 (dez) anos apenas em situações especiais – como serviços de tecnologia complexa ou de defesa nacional – de forma semelhante ao que previa a antiga Lei nº 8.666/1993. Essa premissa, porém, não se sustenta à luz do texto legal vigente.

Com efeito, a Lei nº 14.133/2021 distingue claramente três regimes:

a) o do art. 106, que autoriza a celebração de contratos de serviços e fornecimentos contínuos com prazo inicial de até 5 anos, desde que demonstrada a maior vantagem econômica da contratação plurianual;

b) o do art. 107, que dispõe que esses mesmos contratos contínuos podem ser prorrogados sucessivamente, até o limite de 10 anos de vigência total, desde que haja previsão em edital e seja atestada, pela autoridade competente, a manutenção da vantajosidade;

c) e o do art. 108, que trata de hipóteses específicas (como determinados contratos decorrentes de dispensa de licitação), nas quais se admite, excepcionalmente, prazo inicial de até 10 anos, sem relação com o regime de serviços contínuos previsto nos arts. 106 e 107.

Ou seja: o prazo máximo decenal dos contratos contínuos decorre diretamente do art. 107, aplicável a qualquer serviço ou fornecimento contínuo – como é o caso da coleta e destinação de resíduos sólidos urbanos –, não estando condicionado a requisitos de “tecnologia complexa” ou “defesa nacional”. Tais

expressões pertenciam ao regime revogado da Lei nº 8.666/1993 e não foram reproduzidas na nova lei.

No caso concreto, ademais, o edital já foi retificado para fixar prazo inicial de 12 (doze) meses, com mera possibilidade de prorrogações sucessivas até o limite de 10 (dez) anos, desde que mantida a vantajosidade, em perfeita consonância com os arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021. Assim, a leitura feita pela impugnante não corresponde ao ordenamento jurídico atual, razão pela qual o argumento deve ser rejeitado.

4) Da alegada exigência excessiva na qualificação econômico-financeira (art. 69, I, da Lei nº 14.133/2021)

Sustentou o Impugnante que o item 7.3 do Edital, ao exigir simultaneamente os índices de Liquidez Corrente, Liquidez Geral e Solvência Geral, todos com valor mínimo de 1,0, configuraria restrição indevida à competitividade.

A inconformidade não é procedente. O art. 69, I, da Lei nº 14.133/2021 autoriza expressamente que a Administração exija, para fins de qualificação econômico-financeira, “balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a exigência de valores mínimos de patrimônio líquido ou de índices contábeis superiores a 1 (um)”. Ou seja, a própria lei admite a utilização de índices contábeis como parâmetro de saúde financeira, limitando-se apenas a impedir que sejam fixados em patamar superior a 1,0.

O caso na espécie, o edital não ultrapassa esse teto legal: todos os índices requeridos – Liquidez Corrente, Liquidez Geral e Solvência Geral – possuem valor mínimo de 1,0, exatamente o limite estabelecido na norma, de modo que não há excesso normativo. A exigência de mais de um índice, por sua vez, encontra respaldo na ideia de que a “boa situação financeira” deve ser aferida de maneira abrangente, contemplando capacidade de honrar obrigações de curto e longo prazo (liquidez) e estrutura de capital (solvência), o que se mostra proporcional à relevância e ao risco econômico do serviço licitado.

Importante notar, ainda, que tais índices são padrão de mercado, largamente utilizados em licitações de serviços contínuos de vulto, e não demandam qualquer estrutura contábil extraordinária dos licitantes, bastando a apresentação de balanço regular e o cálculo mediante fórmulas simples. Não se trata, pois, de requisito exótico ou elitista, mas de critério objetivo, transparente e igualmente aplicável a todos os concorrentes, em estrita consonância com os princípios da isonomia, da seleção da proposta mais vantajosa e da segurança na execução contratual.

Diante disso, conclui-se que a qualificação econômico-financeira desenhada no edital está inteiramente alinhada ao art. 69, I, da Lei nº 14.133/2021, não configurando exigência excessiva nem restrição indevida à competitividade, razão pela qual o argumento da impugnante deve ser rejeitado.

Da alegada irregularidade na exigência cumulativa de índices contábeis (art. 69 da Lei nº 14.133/2021 e Súmula TCU nº 277/2012)

Quanto a este ponto, há visível equívoco na invocação dos dispositivos. O §1º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021 apenas faculta à Administração exigir declaração de profissional habilitado em contabilidade atestando o atendimento aos índices previstos no edital, não tratando de limites numéricos, *in verbis* :

Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

(...)

§ 1º A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.

O comando que interessa à definição de índices é o §5º do mesmo artigo, que veda a exigência de *“índices e valores não usualmente adotados para a avaliação da situação econômico-financeira”*, justamente para evitar parâmetros exóticos ou desproporcionais, *in verbis*.

§ 5º É vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a avaliação de situação econômico-financeira suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

Ou seja, não existe nos artigos invocados qualquer proibição editalícia.

Em segundo lugar, a Súmula TCU nº 27/1993 não versa sobre índices contábeis, nem sobre qualificação econômico-financeira, conforme descreve-se abaixo:

Ata 88/1973-Plenário Data da sessão 04/12/1973

Relator Octávio Gallotti Área Pessoal Tema Pensão militar Subtema Neto

Outros indexadores Súmula, Órfão, Maioridade

Enunciado

SÚMULA TCU 27: As netas que tenham atingido a maioria, qualquer que seja o seu estado civil, não se configuram como "netos órfãos de pai e mãe", para efeito da concessão da pensão militar prevista na Lei nº 3.765, de 04/05/60.

Quanto ao mérito, pode-se concluir que a Lei nº 14.133/2021 admite o uso de coeficientes e índices econômicos para demonstrar a “boa situação financeira” do licitante (art. 69, caput), desde que objetivamente previstos. Da mesma forma não existe óbice para combinação de três índices clássicos (LC, LG e SG) em valor mínimo de 1,0.



Lindolfo Collor

Capital dos Tapetes em Couro
Estado do Rio Grande do Sul

As exigências do edital foram fundamentadas em critérios técnicos objetivos, legalmente válidos e alinhados à realidade de uso do município, não havendo afronta à competitividade ou vantajosidade. Por esse motivo, a impugnação é **indeferida**.

Lindolfo Collor, 27 de Novembro de 2025.

MARCIA DOS

SANTOS

Atenciosamente,

Assinado de forma digital por
MARCIA DOS SANTOS
Dados: 2025.11.27 12:40:26
-03'00'

Márcia dos Santos

Matrícula 1883

Pregoeira

Av. Ruby Kney, 350, Industrial, Lindolfo Collor/RS – CEP 93940-000

Fone: (51) 2500-4000

CNPJ: 94.707.486/0001-46